

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA CITIBANK LEASING S.A. – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Por este instrumento particular, de um lado, como emissora,

CITIBANK LEASING S.A – ARRENDAMENTO MERCANTIL, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111 – 12º andar, parte, inscrita no CNPJ sob o nº 34.112.128/0001-69, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Emissora");

e, de outro lado, como agente fiduciário,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados "Partes";

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples da Citibank Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil" (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas.

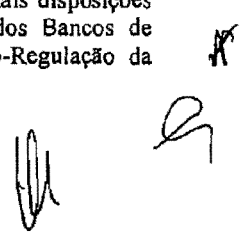
CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

1.1. A Emissão prevista nesta Escritura de Emissão foi autorizada conforme deliberação tomada em reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 22 de novembro de 2007 ("RCA"), nos termos do §1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA II
REQUISITOS

2.1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E ANBID, EMISSÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA

2.1.1. A oferta pública das Debêntures será registrada (i) na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma prevista na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400/03") e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, e (ii) na Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID"), nos termos do Código de Auto-Regulação da

Handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom right of the page. There are two distinct signatures, one appearing to be 'H' and the other 'S'.

ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBID").

2.1.2. A Emissão será realizada no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição de Debêntures da Emissora, o qual tem prazo de duração de 2 (dois) anos contados da data de seu arquivamento na CVM e limite de R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), tendo o mesmo sido aprovado pelo Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 22 de novembro de 2007, e submetido à arquivamento na CVM nos termos da Instrução CVM nº 400/03 ("Programa").

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DA ATA DA RCA

2.2.1. A ata da RCA que aprovou a Emissão será devidamente arquivada no Registro de Empresas do Estado de São Paulo ("Registro de Empresas") e publicada pela Emissora nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e DCI – Comércio, Indústria & Serviços.

2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.3.1. Esta Escritura de Emissão será inscrita no Registro de Empresas, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. NÚMERO DA EMISSÃO

3.1.1. Esta Escritura de Emissão representa a 6ª emissão de debêntures da Emissora, sendo a 1ª no âmbito do Programa.

3.2. NÚMERO DE SÉRIES

3.2.1. A Emissão será realizada em série única.

3.3. MONTANTE TOTAL DA EMISSÃO

3.3.1. O montante total da Emissão será de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), na Data de Emissão, conforme definida no item 4.1 abaixo.

3.4. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.4.1. Serão emitidas 1.000.000 (um milhão) de Debêntures, no valor de R\$1.000,00 (mil reais) cada uma, na Data de Emissão ("Debêntures").

3.5. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

3.5.1. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão serão destinados: (i) ao financiamento de novas operações de arrendamento mercantil da Emissora; (ii) à composição do caixa da Companhia por meio de aplicações em títulos de emissão de instituições financeiras e em outras modalidades admitidas pela regulamentação em vigor, preferencialmente de emissão do Banco Citibank S.A.; (iii) à expansão de sua carteira, em linha com a estratégia do Grupo Citibank de crescer suas operações ativas em geral no mercado local, conforme a demanda do mercado de leasing; e (iv) à aquisição de carteiras de leasing, eventualmente.

3.5.2. Na hipótese de colocação parcial das Debêntures, e não havendo fontes alternativas para captação de recursos com condições semelhantes de prazo e taxa das Debêntures, a Emissora reavaliará suas perspectivas de crescimento.

3.6. LIMITE DA EMISSÃO

3.6.1. Nos termos do §4º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, os limites estabelecidos em referido artigo não se aplicam às Debêntures, que são da espécie subordinada.

3.7. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. As debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário (i) através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos. A Emissão terá como público alvo investidores considerados qualificados nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes do coordenador da distribuição pública que se manifestarem primeiro.

3.7.2. Será admitida distribuição parcial das Debêntures, não estando a manutenção da Emissão condicionada a colocação de montante mínimo das Debêntures.

3.7.3. Os interessados em subscrever as Debêntures poderão, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição, condicionar a subscrição das Debêntures (i) à subscrição da totalidade das Debêntures ou (ii) respeitado o disposto no §1º do artigo 31 da Instrução CVM nº 400/03, à subscrição de uma proporção ou quantidade mínima das Debêntures, conforme critério do próprio investidor.



3.7.4. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início de distribuição e a disponibilização do prospecto do Programa e do suplemento da Emissão em forma definitiva aos investidores, nos termos da Instrução CVM nº 400/03 ("Prospecto" e "Suplemento").

3.8. BANCO MANDATÁRIO E INSTITUIÇÃO ESCRITURADORA

3.8.1 O Banco Citibank S.A. será o banco mandatário e a instituição escrituradora das Debêntures ("Banco Mandatário" ou "Instituição Escrituradora").

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA EMISSÃO

4.1. DATA DE EMISSÃO

4.1.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 02 de janeiro de 2008 ("Data de Emissão").

4.2. FORMA DE SUBSCRIÇÃO E PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO

4.2.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definidos no item 4.3. abaixo), sendo a Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.2.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

4.3. VALOR NOMINAL DAS DEBÊNTURES

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3.2. As Debêntures farão jus à remuneração descrita no item 4.8. desta Escritura de Emissão ("Remuneração").

4.4. NEGOCIAÇÃO

4.4.1. As debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (i) através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP.

4.5. CONVERSIBILIDADE E FORMA

4.5.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, e terão a forma nominativa escritural.

4.5.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Escriutadora. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o relatório de posição de ativos expedido pelo SND, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados na CETIP.

4.6. ESPÉCIE

4.6.1. As Debêntures serão da espécie subordinada.

4.7. PRAZO E VENCIMENTO

4.7.1. O prazo das Debêntures é de 5 (cinco) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 02 de janeiro de 2013 (a “Data de Vencimento”).

4.7.2. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento integral das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento.

4.8. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.8.1. As Debêntures, que não terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado, farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, “over” extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP (“Taxa DI”), no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou na falta deste, em outro jornal de grande circulação, de acordo com a fórmula abaixo (“Remuneração”):

$$J = VN \times (\text{Fator DI} - 1)$$

onde:

J = valor da remuneração, devida na Data de Vencimento, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal Unitário da Debênture na Data de Emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = Produtório das taxas DI Over com uso de percentual aplicado a partir da Data de Emissão, inclusive, até a data do cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n = número total de taxas DI Over consideradas na atualização das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

p = 100,00% (cem por cento);

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, sendo

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

OBSERVAÇÕES:

O fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.8.1.1. Se, na data de vencimento de quaisquer pagamentos relativos às Debêntures previstos nesta Escritura de Emissão, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não-divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.8.1.2. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou de divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos, ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures, por previsão legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados do décimo dia consecutivo em que a Taxa DI não tenha sido divulgada, convocar Assembléia de Debenturistas para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures, com características razoavelmente semelhantes às da Taxa DI, a ser proposto pela Emissora, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.8.1.3. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembléia de Debenturistas, a referida Assembléia de Debenturistas não será mais realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anterior a ser utilizada até esta data.

4.8.1.4. Caso, durante a Assembléia de Debenturistas prevista no item 4.8.1.2 não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão. Para fins de cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem adquiridas nos termos deste item, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente

4.8.2. A Remuneração das Debêntures será paga na Data de Vencimento.

4.9. REPACTUAÇÃO

4.9.1. Sem prejuízo do disposto em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, não haverá repactuação das Debêntures.

4.10. AMORTIZAÇÃO

4.10.1 Não haverá amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, o qual será integralmente pago na Data de Vencimento.

4.11. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

4.11.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, promover o resgate antecipado, parcial ou total, das Debêntures, mediante publicação de "Aviso aos Debenturistas" com antecedência de 15 (quinze) dias, informando a data e o procedimento de resgate. As Debêntures serão resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de pagamento das debêntures resgatadas. Não será devido, pela Emissora, qualquer valor referente a prêmio sobre o saldo a ser resgatado.

4.11.2. Na hipótese de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio, a ser realizado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, na presença do Agente Fiduciário. O resgate antecipado parcial das Debêntures dar-se-á através de operação de Compra e Venda definitiva, conforme regulamento de operações do SND.

4.11.3 As Debêntures que vierem a ser resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas.

4.12. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

4.12.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Emissão, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações.

4.12.2. As Debêntures objeto de aquisição facultativa poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.

4.13. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2. e 4.13.3. abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) pedido de recuperação, judicial ou extrajudicial, formulado pela Emissora;
- (b) pedido ou decretação de falência da Emissora;

- (c) pedido ou decretação de intervenção ou liquidação pelo Banco Central do Brasil;
- (d) falta de pagamento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanada em 2 (dois) dias do descumprimento;
- (e) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do recebimento pela Emissora de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido;
- (f) protesto legítimo de títulos contra a Emissora cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas entre a Data da Emissão e a data de sua apuração), que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora; e
- (g) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Companhia cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas entre a Data da Emissão e a data de sua apuração) ou equivalente em outras moedas.

4.13.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c) e (d) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas demais alíneas do item 4.13.1 acima, quais sejam, as alíneas (e) a (g), o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.3. No que se refere às alíneas (e), (f) e (g) do item 4.13.1 acima, caso não haja acordo entre os Debenturistas e a Emissora na Assembléia de Debenturistas mencionada no item 4.13.2 acima ou caso não haja deliberação nessa Assembléia de Debenturistas, inclusive por não instalação desta, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, nos termos do item 4.14 abaixo, a menos que, após a realização de tal Assembléia, Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, conforme definido no item 7.6 abaixo, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

4.14. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.14.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.13 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da CLÁUSULA IX desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.17 abaixo.

4.15. LOCAL DE PAGAMENTO

4.15.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou, no caso de titulares de Debêntures que não estejam vinculados a tal sistema, (b) pelo Banco Mandatário, mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas.

4.16. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.16.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.17. ENCARGOS MORATÓRIOS

4.17.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia relativa às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitos a: (a) multa não compensatória de 2% (dois por cento); (b) juros moratórios à razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês calculados *pro rata temporis* e linearmente; e (c) incidência da Remuneração das Debêntures (conforme definida no item 4.8.1 acima), calculada *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Emissora.

4.18. DECADÊNCIA DO DIREITO AOS ACRÉSCIMOS

4.18.1. O não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no

recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.19. PUBLICIDADE

4.19.1. Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos Debenturistas serão veiculados, na forma de avisos, nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e DCI – Comércio, Indústria & Serviços ou em outro jornal que venha a ser informado pela Emissora na forma da legislação vigente.

4.20. FUNDO DE MANUTENÇÃO DE LIQUIDEZ

4.20.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez das Debêntures.

4.21. RESGATE EM CASO DE INCORPORAÇÃO, FUSÃO OU CISÃO

4.21.1. A Emissora poderá realizar ou sofrer operações de incorporação, fusão ou cisão, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembléia de Debenturistas, se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das atas de assembleias relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares.

4.21.2. Os Debenturistas que optarem por resgatar suas Debêntures nos termos deste item deverão manifestar sua intenção, por escrito, na forma da CLÁUSULA IX abaixo, à Emissora.

4.21.3. Em até 5 (cinco) dias contados do aviso mencionado no item anterior, a Emissora deverá promover o resgate das Debêntures pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão, até a data do efetivo resgate, observado o disposto no artigo 55, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações.

4.21.4. O resgate das Debêntures dos Debenturistas que tiverem exercido sua opção nos termos do item 4.21.2 acima dar-se-á através de operação de Compra e Venda definitiva, conforme regulamento de operações do SND.

4.22. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.22.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.23. RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA

Toda e qualquer obrigação assumida pela Emissora no âmbito da Emissão é uma obrigação exclusiva da Emissora e será cumprida pela Emissora na Cidade de São Paulo, em moeda corrente do País, sujeitando-se às normas legais e regulamentares vigentes no Brasil.

CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) com a maior brevidade possível, qualquer informação que venha a lhe ser razoavelmente solicitada para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;

(ii) as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19 acima, na mesma data em que forem publicadas;

(iii) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 4.13 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura de Emissão;

(iv) cópia de suas demonstrações financeiras anuais na mesma data em que forem entregues à CVM, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como declaração do Diretor de Relação com Investidores atestando o cumprimento das obrigações dispostas nesta Escritura de Emissão;

(v) cópia de suas informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93 e suas alterações posteriores, na mesma data em que forem entregues à CVM e, dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs) e, até 30 de março de cada ano, cópia de suas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), bem como declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento integral das disposições da Escritura de Emissão;

(vi) informação sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da data de descumprimento;

- (b) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta perante a CVM e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (c) convocar, nos termos da CLÁUSULA VII abaixo, Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos investidores na forma exigida pela CVM;
- (e) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observado, se for o caso, o disposto na Instrução CVM nº 358/01, sobre qualquer alteração substancial na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique no descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão;
- (f) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos e que possam impactar de forma adversa tais negócios e ativos;
- (g) preparar, em conjunto com a instituição líder da distribuição pública das Debêntures, todos os documentos necessários à obtenção do registro da Emissão perante a CVM;
- (h) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, Banco Mandatário, Instituição Escrituradora e Agente Fiduciário, além do SND, bem como agência de classificação de risco para as Debêntures da Emissão;
- (i) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir ao Agente Fiduciário acesso:
- (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora; e
 - (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembléia dos Debenturistas;
- (j) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

(k) conduzir todas as operações com partes relacionadas de acordo com os padrões éticos que norteiam tais negócios; e

(l) submeter anualmente a classificação de risco concedida à Emissão à revisão e avaliação pela agência de *rating*, assim como, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, divulgar ou permitir que a agência de *rating* divulgue seu relatório com a respectiva súmula da classificação de risco das Debêntures, além de (i) disponibilizar ao Agente Fiduciário cópia dos relatórios que vierem a ser emitidos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de seu recebimento pela Emissora e (ii) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação de risco concedida à Emissão.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios razoáveis, desde que tais despesas tenham sido previamente negociadas e acordadas com a Emissora, bem como outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. No caso da Emissora encontrar-se inadimplente, o Agente Fiduciário não necessitará obter a autorização prévia da Emissora para incorrer em despesas para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas.

5.2.1. As despesas a que se refere o item 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

(a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;

(b) extração de certidões;

(c) despesas de viagem, quando necessárias ao desempenho de suas funções; e,

(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem, a critério do Agente Fiduciário, omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma dos itens 5.2. e 5.2.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas será efetuado em até 10 (dez) dias da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

CLÁUSULA VI
AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui, como agente fiduciário da Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da legislação e regulamentação aplicável e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado nesta Escritura de Emissão, declara:

- (a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) sob as penas da lei, não estar impedido, nos termos do artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM nº 28"), e eventuais alterações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- (e) que é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (f) que está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) que o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (i) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o vencimento final das Debêntures ou até o recebimento integral pelos Debenturistas de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a seguinte remuneração, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão:

(a) Parcelas trimestrais de R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), sendo que a primeira parcela trimestral, a ser paga na data de assinatura desta Escritura de Emissão, será no valor de R\$3.000,00 (três mil reais), devido ao desconto da parcela única do item "b" abaixo;

(b) Parcela única de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a título de implantação da operação, a ser paga em 5 (cinco) dias após a análise e emissão dos comentários do Agente Fiduciário sobre a Escritura de Emissão, observado o disposto no item "a" acima;

(c) a remuneração prevista na alínea (a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora;

(d) as parcelas referentes à alínea (a) acima serão atualizadas, anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getulio Vargas, até as datas de pagamento de cada parcela, calculado *pro rata die*, caso necessário;

(e) as parcelas da remuneração serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) e quaisquer outros, que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

(f) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis e comprovadas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, conforme previsto na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura de Emissão, ressarcidas pela Emissora, observado o disposto no item 5.2.3 acima. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos razoáveis com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem

como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

(g) a remuneração do Agente Fiduciário compreende a elaboração de um relatório anual, na forma estipulada na Instrução CVM nº 28; e

(h) não estão incluídas na remuneração as eventuais despesas relativas a viagens, estadias e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço, sendo elas de responsabilidade da Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação de tais despesas pela Emissora.

6.5. São deveres do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

(a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de que qualquer outra modalidade de inaptidão;

(c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

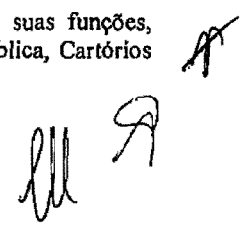
(d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas e defeitos de que tenha conhecimento;

(e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário as informações e documentos necessários ao referido registro;

(f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page.

de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;

(i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

(j) convocar, quando necessário, Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos jornais indicados no item 4.19.1 desta Escritura de Emissão;

(k) comparecer à Assembléia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

(iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

(iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) resgate, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período;

(vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(vii) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;

(viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e

(ix) declaração sobre sua aptidão para continuar no exercício da função de Agente Fiduciário;

(m) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (i) na sede da Emissora;
- (ii) na sede do Agente Fiduciário;
- (iii) na CVM;
- (iv) nas Bolsas de Valores e mercados de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora; e
- (v) nas dependências da instituição financeira que liderar a colocação das Debêntures da Emissão, conforme por esta indicado;
- (n) publicar, às expensas da Emissora nos jornais indicados no item 4.19.1 desta Escritura de Emissão, anúncios comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (m) acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora e à Instituição Escrituradora;
- (p) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, se for o caso;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (r) fazer com que a Emissora cumpra o disposto no item 5.1(l) desta Escritura de Emissão, bem como encaminhar à ANBID, no prazo de 5 (cinco) dias contados de seu recebimento, o relatório de revisão e avaliação emitido pela agência de *rating*; e,
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores ou mercado de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora. Caso não seja possível notificar individualmente os Debenturistas, o Agente Fiduciário fará publicar a comunicação de que trata esta alínea
- (s) nos jornais e na forma indicada no item 4.19 desta Escritura de Emissão.

6.6. No caso de inadimplemento da Emissora, o Agente Fiduciário usará toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses da comunhão dos Debenturistas, devendo, para tanto:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures nas hipóteses permitidas nesta Escritura de Emissão e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;

(b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;

(c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e,

(d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata ou similar, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

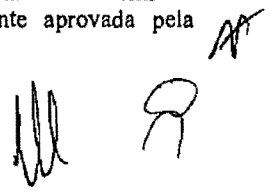
6.6.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2. e 4.13.3., o Agente Fiduciário somente se eximirá de responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), e (c) do item 6.6 acima se, convocada a Assembléia de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da totalidade das Debêntures em circulação. Na hipótese de que trata a alínea (d) deste item 6.6, será suficiente a deliberação por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação.

6.7. Na hipótese de ausência, impedimento temporário, renúncia, liquidação, dissolução, extinção ou qualquer outro caso de vacância na função de Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior a ora avençada para o Agente Fiduciário.

6.7.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário, por circunstâncias posteriores à Emissão, ficar impedido de continuar a exercer a função, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas e pedir sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia de Debenturistas.

Handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom right of the page. There are two distinct signatures, one appearing to be 'M' and the other 'R'.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita a comunicação prévia à CVM e às normas aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, será objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser averbado no Registro de Empresas, onde será inscrita a presente Escritura de Emissão.

6.7.6. Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

6.7.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, este deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento da remuneração prevista no item 6.4. desta Escritura de Emissão até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados.

CLÁUSULA VII ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembléia de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação e pela CVM.

7.3. Aplica-se à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembléia geral de acionistas.

7.4. A Assembléia de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, ressalvado o item 7.6 abaixo.

7.5. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em lei ou na presente Escritura de Emissão.

7.5.1. As alterações nas condições ou regras relativas à Remuneração (exceto pelas matérias previstas nos itens 4.8.1.4 acima, que estão sujeitas a *quorum* diferenciado) e ao vencimento das Debêntures, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.5.2. Para que possa ser realizada alteração dos itens 4.13.1, 4.13.2 ou 4.13.3, será necessária a aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.5.3. Quaisquer modificações nas demais condições das Debêntures e disposições desta Escritura de Emissão, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.6. Após a distribuição das Debêntures da presente Emissão, a Emissora pretende reduzir o seu capital social no valor máximo de R\$600.000.000 (seiscentos milhões de reais). Nesse sentido, os eventuais adquirentes das Debêntures desde já ficam informados e consentem que esta redução de capital seja feita dispensando-se a realização de Assembléia Geral de Debenturistas.

7.7. Para efeito de cálculo das Debêntures em circulação, previsto no item 7.2 acima, bem como para aferição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta CLÁUSULA VII e o item 4.13.3 acima, não serão computadas as Debêntures que sejam detidas pela Emissora em tesouraria. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias dos Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

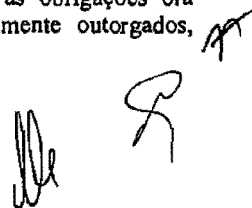
CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

8.1. A Emissora declara e garante aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

(a) é uma sociedade de arrendamento mercantil devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;

(b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;



(d) a celebração desta Escritura de Emissão, a realização da Emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento do qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (ii) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

(e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;

(f) na sua melhor avaliação, a Emissora está cumprindo, em todos os aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos e que possam impactar de forma adversa tais negócios e ativos, exceto aqueles que estão sendo contestados pelos meios legais ou administrativos apropriados;

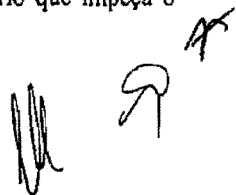
(g) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 e as informações financeiras referentes aos períodos encerrados em 30 de junho de 2006 e 2007 representam corretamente a condição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil, não tendo havido até a data desta Escritura de Emissão, qualquer alteração material relevante (exceto se expressamente mencionada no Prospecto ou no Suplemento) nas informações financeiras e patrimoniais da Emissora refletidas em tais demonstrações financeiras;

(h) o Prospecto, em conjunto com o Suplemento conterão, na data de início da distribuição das Debêntures, todas as informações em relação à Emissora, no contexto da Emissão que são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;

(i) exceto pelas contingências informadas no Prospecto e no Suplemento, não há nenhuma ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito dos quais a Emissora tenha conhecimento, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira, ou em suas atividades;

(j) as informações e declarações contidas no Prospecto e no Suplemento em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes e corretas;

(k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e

Handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom right of the page. There are three distinct marks: a large, stylized signature, a smaller signature, and a set of initials.

(l) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

CLÁUSULA IX - NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes, nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Citibank Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil

Avenida Paulista, nº 1.111 – 12º andar

CEP: 01311-920

São Paulo - SP

Tel.: (11) 4009-3237

Fax: (11) 4009-2326

At. Sr. José Flávio Ferreira Ramos

E-mail: jose.flavio.ramos@citi.com

Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205

Condomínio Downtown - Barra da Tijuca

CEP: 22640-100

Rio de Janeiro - RJ

Tel: (21) 2493-7003

Fax: (11) 2493-4746

At. Sr. José Alexandre Freitas

E-mail: agente@oliveiratrust.com.br e freitas@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário:

Banco Citibank S.A.

Avenida Paulista, nº 1.111 – 13º andar

Tel.: (11) 4009-3888

Fax: (11) 4009-7029

At.: Rafael Cardenas

E-mail: rafael.cardenas@citi.com

Para a Instituição Escriuradora:

Banco Citibank S.A.

Avenida Paulista, nº 1.111 – 13º andar

Tel.: (11) 4009-3888

Fax: (11) 4009-7029

At.: Rafael Cardenas

E-mail: rafael.cardenas@citi.com.



9.2. Os documentos e as comunicações serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações efetuadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo expedido pelo equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

9.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços mencionados no item 9.1 acima em até 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

CLÁUSULA X
DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos ou faculdades ou constituirá uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

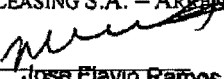
10.4. Esta Escritura de Emissão constitui o único e integral negócio entre as Partes, com relação ao negócio nela previsto, substituindo e superando, totalmente, todos e quaisquer outros documentos, memorandos, propostas, cartas e ou assemelhados, firmados antes da data de sua assinatura.


10.5. Todas as obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão serão cumpridas exclusivamente pela CITIBANK LEASING S.A – ARRENDAMENTO MERCANTIL na cidade de São Paulo, em moeda corrente do País, sujeitando-se às normas legais e regulamentares vigentes no Brasil, sendo que qualquer questão daqui decorrente será dirimida no foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro foro por mais privilegiado que seja.

E POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, firmam a presente Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo.

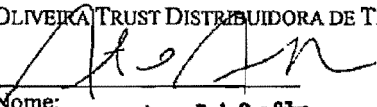
São Paulo, 26 de novembro de 2007.

CITIBANK LEASING S.A. – ARRENDAMENTO MERCANTIL

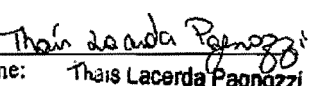

Nome: **Jose Flavio Ramos**
Cargo: **Diretor Executivo Financeiro**

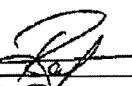

Nome: **William B. Meissner**
Cargo: **Diretor Jurídico**

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


Nome: **Antonio Amaro R. de O. e Silva**
Cargo: **Advogado**

TESTEMUNHAS:

1. 
Nome: **Thais Lacerda Pagnozzi**
RG: **Citibank**
Depto. Jurídico
RG: 32.682.685-1

2. 
Nome: **RAFAEL MATOS**
RG: **28.665.877-3**